



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11417 - Resumo Expandido - Trabalho - 4ª Reunião Científica da ANPEd Norte (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 05/GT 11 - Estado e Política Educacional e Políticas de Educação Superior

DIREITO À EDUCAÇÃO E DESIGUALDADES EDUCACIONAIS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19 EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO TOCANTINS

Jucileia Silva Evangelista Freire - UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

DIREITO À EDUCAÇÃO E DESIGUALDADES EDUCACIONAIS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19 EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO TOCANTINS

Introdução

As desigualdades estruturais da sociedade brasileira foram ainda mais evidenciadas no contexto conjuntural da pandemia da Covid-19 e afetou diversas dimensões da vida da maioria da população brasileira: renda, emprego, saúde, educação, convivência comunitária, social etc. No que concerne às particularidades da educação, as históricas desigualdades no acesso ao conhecimento e à escola pelas camadas mais pobres da população foram reforçadas pelas dificuldades na garantia do direito à educação no período de isolamento social, sobretudo entre os grupos socioeconomicamente menos favorecidos e pertencentes a grupos étnico-raciais vulneráveis.

Essa realidade da desigualdade social e educacional na pandemia está amplamente retratada em diversos artigos publicados em periódicos (SAVIANI, 2020; CURY, 2020; MARTINS, 2020), em relatórios técnicos de organizações não governamentais, em manchetes de jornais e em debates, *webnários*, *lives* e entrevistas com especialistas e estudiosos da educação. A legislação educacional oriunda do período pandêmico também registra essa realidade, a exemplo do Parecer CNE/CP nº 5/2020 que destaca as desigualdades estruturais da sociedade brasileira como agravantes desse cenário pandêmico e as fragilidades dos sistemas educacionais públicos e da maioria das famílias dos estudantes em propiciar boas condições de acesso à educação (BRASIL, 2020).

No estado do Tocantins, o Decreto nº 6.071/2020 de 18 de março de 2020, determinou a suspensão das atividades educacionais em todos os estabelecimentos de ensino com sede no território tocantinense (TOCANTINS, 2020b), por prazo indeterminado. Esta medida impôs ao sistema estadual – e suas redes escolares – e aos sistemas municipais de educação ações

emergenciais de atendimento aos alunos de forma não presencial.

Este artigo pretende contribuir com a análise de como ocorreu a oferta educacional pelos sistemas/redes municipais de educação no estado do Tocantins no período de suspensão das atividades escolares, considerando o contexto de desigualdades sociais e educacionais. A questão que orienta a discussão é sobre quais as condições que os professores dos sistemas e redes municipais de educação do Tocantins tiveram, durante a Pandemia de Covid-19, para a garantia do direito à educação dos estudantes matriculados na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental?

O objetivo deste resumo expandido é apresentar uma parte dos resultados da análise das condições pedagógicas e tecnológicas que os/as professores/as da educação infantil e ensino fundamental dos sistemas/redes municipais de educação do Tocantins tiveram para a oferta do processo educacional no contexto da Pandemia, nos anos de 2020 e 2021.

Procedimentos Metodológicos

A presente pesquisa de caráter exploratório, utilizou-se em sua metodologia os procedimentos da pesquisa bibliográfica e documental, fazendo uso dos dados do Diagnóstico Situacional e Pedagógico realizado com os sistemas e redes municipais de educação/ensino de 135 municípios do estado do Tocantins, aplicado no período de abril e maio de 2021 pela Rede Colaboração Tocantins (RCT), no âmbito do seu projeto de formação continuada de professores e gestores municipais de educação, desenvolvido nos anos de 2020 e 2021.

Os dados do Diagnóstico foram coletados por meio de formulário do *Google Forms*, respondido por 6.651 professores das escolas municipais de educação dos 135 municípios do estado do Tocantins conveniados com a RCT. Estas escolas estão distribuídas em 13 regionais de ensino, sendo elas: Araguaína, Araguatins, Arraias, Colinas, Dianópolis, Guaraí, Gurupi, Miracema, Palmas, Paraíso, Pedro Afonso, Porto Nacional e Tocantinópolis. Levantou informações sobre a formação e condições de trabalho dos(as) professores(as); condições da oferta e atendimento educacional durante a pandemia; planejamento institucional; atendimento da diversidade e cuidados e autocuidados com a saúde, além de informações sobre a localização das escolas e perfil dos cursistas/professores respondentes.

Neste resumo, são apresentados e analisados os dados sobre as condições da oferta e atendimento educacional durante a pandemia. Utilizou-se como material de coleta de dados, dois documentos: as Respostas condensadas do Formulário do *Google Forms* (RCT, 2021) e o Relatório do Diagnóstico Situacional e Pedagógico organizado por Ferreira e Nunes (2021).

Aportes Teórico-conceituais sobre Desigualdades Sociais, Pobreza e o Direito à Educação em contexto pandêmico

O Brasil é um país caracterizado por uma profunda desigualdade estrutural, que assola sua população nos aspectos econômicos, culturais, étnico-raciais, sanitários,

habitacionais, educacionais, entre outros. São desiguais o acesso que as distintas classes sociais brasileiras têm aos diversos bens materiais, culturais e direitos que permitem um padrão de vida aceitável e digno para um ser humano, e a garantia dos direitos sociais tem se desenvolvido lentamente no Brasil. O direito à educação de todas as pessoas, por exemplo, como bem público, gratuito e laico, dever do Estado, é uma recente conquista da sociedade brasileira; seu marco é a Constituição Federal de 1988.

São muitas as perspectivas teóricas e metodológicas de definição conceitual das desigualdades sociais. Há a perspectiva baseada em indicadores quantitativos, as perspectivas liberal/neoliberal, individualista e comportamentalista, que atribuem ao indivíduo e seu comportamento (preguiça, não qualificação) as causas da pobreza e das desigualdades; e a perspectiva socialdemocrata que atribui a desigualdade a falhas do sistema socioeconômico que podem ser corrigidas com políticas compensatórias (MARTINS, 2020; GARCIA, 2012).

Todavia, corrobora-se com Martins (2020) a concepção de “que a desigualdade é estrutural ao capitalismo, sistema socioeconômico que descarta e incorpora características da sociedade de classes (...)” (p.2); uma forma social baseada em processos de acumulação de capitais, concentração da propriedade dos meios de produção e de distribuição desigual da riqueza produzida. Mészáros (2011), também aponta esse caráter estrutural das desigualdades sociais, afirmando que o sistema capitalista não sobreviveria um só dia sem a manutenção dessas desigualdades.

No que concerne ao direito à educação, hoje uma condição fundamental para vida cidadã digna, os indicadores educacionais do Brasil, revelados pela Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-Contínua 2018), mostram melhora nos índices de escolarização no período de 2016 a 2018, mas também a persistência das “desigualdades regionais, de gênero e de cor e raça: mulheres permanecem mais escolarizadas do que os homens, pessoas brancas tiveram indicadores educacionais melhores que os das pessoas pretas ou pardas e, as regiões Nordeste e Norte apresentaram uma taxa de analfabetismo bem mais alta e uma média de anos de estudo inferior a das regiões do Centro-Sul do país.” (AGÊNCIA IBGE, 2019)

Durante a pandemia, essas desigualdades educacionais, já há muito conhecidas, tornaram-se ainda mais graves devido a emergência do ensino remoto em substituição ao ensino presencial nas escolas. O acesso à educação tornou-se mais difícil e precário às crianças e jovens pertencentes aos grupos sociais menos favorecidos economicamente.

Discussão e Resultados

Ressalta-se que os sujeitos respondentes desta pesquisa são, em sua maioria, professoras do sexo feminino (89%, 5.920), atuam na função de professoras regentes, concursadas, estão na faixa etária entre 36 a 50 anos, com nível superior (licenciatura), predominando a formação em Pedagogia e Normal Superior – uma parte considerável com pós-graduação em nível de especialização. São professoras já experientes, com mais de 10

anos de magistério, e atuam nas etapas da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental urbano. Muitas delas atuando em mais de uma etapa ou modalidade de educação/ensino.

No que concerne à localização territorial, mais de 60% ou 4.034 escolas desta pesquisa situam-se em área urbana central, 22% ou 1.464 escolas são na área urbana periférica e 16,7%, ou 1.112 escolas pesquisadas estão na área rural. Tem-se, ainda, 38 escolas, 0,6%, situadas em comunidades quilombolas e apenas 2 escolas em território indígena. Trata-se, portanto, de um cenário diverso e heterogêneo, pois tem-se aí desde a realidade escolar e professores que vivem em médios centros urbanos, como a capital Palmas e Araguaína, a segunda maior cidade do Tocantins, até pequenas cidades com menos de 5.000 (cinco mil) habitantes.

a. Oferta e estratégias didático-pedagógicas adotadas

O Governo do Estado do Tocantins decretou situação de emergência em razão da pandemia de Covid-19, no dia 18 de março de 2020, por meio do Decreto nº 6.070 (TOCANTINS, 2020a), e em seguida, por meio do Decreto nº 6.071 do mesmo dia, determinou algumas ações preventivas para o enfrentamento da propagação do vírus, dentre elas a suspensão das “atividades educacionais em estabelecimentos de ensino com sede no Estado do Tocantins, públicos ou privados, como escolas e universidades.” (TOCANTINS, 2020b, p.2)

A partir destas medidas, os sistemas educacionais públicos e privados buscaram alternativas didático-pedagógicas e metodológicas para que as atividades educacionais não fossem paralisadas totalmente. Os sistemas e redes municipais públicos de educação do Tocantins, passados o estado de estupefação e paralisação inicial, foram aos poucos retomando suas atividades.

A maioria dos sistemas escolares municipais retomaram suas atividades de forma remota ao longo do ano de 2020, muitos deles tendo iniciado ainda no mês de março, sobretudo nas regionais em que se encontram os municípios maiores, em termos populacionais e de renda, com sistemas/redes municipais de educação com maiores disposição de recursos técnicos e profissionais mais qualificados, como Palmas, Araguaína, Araguatins e Porto Nacional. Contudo, dentro destas Regionais, há enormes desigualdades sociais e educacionais, observando-se um número significativo de respostas que apontam o início das atividades remotas nos meses de maio e junho de 2020 e municípios que só iniciaram em julho, agosto, setembro, inclusive na Regional de Palmas; e outros que somente retomaram em outubro, novembro e dezembro. Há, ainda, sinalização de municípios em que as aulas não foram retomadas no ano de 2020, em quase todas as regionais, com exceção de Colinas, Porto Nacional e Tocantinópolis.

Esses dados revelam a extensão das desigualdades na oferta da educação durante o período de pandemia. Dentro de uma mesma regional tem-se municípios que se organizaram

de modo mais rápido para dar respostas à suspensão da presencialidade nas escolas e aqueles que sequer conseguiram retomar essas atividades, por falta das condições tecnológicas adequadas para tal.

Um aspecto a ser lembrando, que possivelmente tenha dificultado, para a maioria dos sistemas e redes municipais de educação, a oferta equitativa de educação durante a pandemia, foi o veto presidencial à Lei nº 14.172 de 2021, que destinava recursos na ordem de 3,5 bilhões de reais para que os estados e os municípios pudessem garantir o acesso dos alunos à internet, para fins educacionais. Mesmo tendo sido derrubado este veto pela Câmara dos Deputados, o governo emitiu uma Medida Provisória, a MP 1060/2021, eliminando o prazo previsto para o cumprimento da referida Lei. (AGÊNCIA Câmara de Notícias, 2022)

Com o início da vacinação da população brasileira em janeiro de 2021, a maioria das escolas municipais apresentavam a expectativa de retorno às atividades letivas presenciais no contexto de realização do Diagnóstico da RCT. Observou-se a existência de escolas, nas Regionais de Araguaína e Porto Nacional, em que os/as professores/as indicam terem iniciado o ano letivo de 2021 com aulas de modo presencial, e aquelas que ainda não haviam iniciado (em abril/maio de 2021), nem mesmo no formato remoto. Pelos dados coletados, mais de 90% das escolas municipais em Tocantins permaneciam, no primeiro semestre do referido ano, com as atividades pedagógicas de forma remota.

b. Recursos metodológicos e tecnológicos utilizados

Os dados revelam que nas escolas, urbanas ou rurais, o recurso às apostilas de atividades impressas encaminhadas às famílias dos alunos foi predominante (90%), em alguns casos acompanhado da transmissão de atividades e interação em grupos de *WhatsApp* (34,8%). O uso das plataformas digitais de videoconferência ou de ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), como *Classroom* ou *Moodle*, foram pouco frequentes, na ordem de 1,4% cada. Também foi rara (menos de 1%) a utilização do YouTube para aulas ao vivo e de canais fechados de Televisão para transmissão de atividades gravadas.

A adoção predominante deste recurso (apostilamento impresso) deu-se devido à grande maioria dos alunos (83,7%) e dos professores (46,3%) não possuírem as tecnologias digitais necessárias ao desenvolvimento do ensino remoto digital, ou seja, um computador/laptop/tablet com conexão à internet. Isto porque a instituição escolar e as Secretarias Municipais de Educação não disponibilizaram recursos para a elaboração e execução das aulas remotas; quando muito possibilitaram apenas conexão com internet Wi-Fi, ou computador desktop com conexão via cabo na escola. Apenas 13% dos/as professores/as de nossa amostra disseram que a escola disponibilizou laptop/notebook ou tablet com internet Wi-Fi e 6% das professoras/es não tiveram acesso a nenhum destes recursos.

A exceção a esta regra foi a Secretaria Municipal de Educação (Semed) de Palmas, que se destacou no uso concomitante de atividades impressas e aulas *on-line* gravadas ou ao vivo. Na capital instituiu-se uma plataforma própria de educação remota, chamada *Palmas*

Home School que objetivou auxiliar “no processo ensino-aprendizagem, com a disponibilização de conteúdos e atividades on-line e na opção impressa, com a finalidade da criança/educando desenvolver atividades extraclasse em seus domicílios” (PALMAS, 2021, p. 12). Todavia, registra-se a ocorrência de municípios jurisdicionados à Regional de Palmas que não fizeram uso de nenhuma das estratégias citadas no Diagnóstico (RCT, 2021). Estes municípios podem ser aqueles que disseram não terem ofertado atividades educacionais no ano de 2020.

Conclusões

Os dados apresentados neste artigo evidenciam as condições pedagógicas e tecnológicas que as secretarias municipais de educação da grande maioria dos municípios tocantinenses propiciaram aos professores/as para a oferta educacional durante a pandemia de Covid-19, precisamente nos anos de 2020 e 2021, no contexto de suspensão das atividades escolares presenciais.

O cenário apontado pelos respondentes ao Diagnóstico Situacional e Pedagógico da RCT revelou as desigualdades na oferta educacional dos municípios tocantinenses. Houve enormes disparidades no início da oferta de atividades letivas não presenciais ao longo do ano de 2020, com municípios que após as suspensões destas no mês de março só conseguiram retomar, por meio de atividades remotas, nos meses de maio e junho; outros, em outubro ainda não tinham conseguido fazer nenhum tipo de oferta educacional – ocorrência registrada na maioria das regionais de ensino, com exceção de Colinas, Porto Nacional e Tocantinópolis.

Nesse contexto, a principal estratégia adotada para o ensino remoto, por 90% dos municípios tocantinenses, foi a atividade impressa, encaminhada às famílias para que os estudantes realizassem seus estudos em casa. O recurso às apostilas de atividades impressas foi predominante tanto nas escolas urbanas quanto rurais, em alguns casos acompanhado da transmissão de atividades e interação em grupos de *WhatsApp*. Enquanto as plataformas digitais de videoconferência, ambientes virtuais de aprendizagem e canais fechados de Televisão foram pouco ou raramente utilizados. Isto ocorreu porque mais 80% dos alunos e quase 50% dos professores não possuíam acesso às tecnologias digitais da informação e comunicação, computador com acesso à internet.

Inferese, portanto, que a oferta educacional durante o período pandêmico nos municípios tocantinenses foi precária, desigual e pouco efetiva em termos de ensino e aprendizagem. O envio de atividades impressas às crianças da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, contando apenas com a orientação e acompanhamento de familiares para sua realização – estes, na maioria das situações sem conhecimento, preparo técnico-pedagógico, recursos tecnológicos apropriados e sem as condições de tempo e espaços para tal – apontam para uma negação do direito à educação das crianças num tempo relativamente longo de dois anos, com consequências graves para os resultados educacionais

do Tocantins, sobretudo para aqueles estudantes em situação de pobreza, com menos recursos e capital cultural.

Palavras-chaves: Direito à educação. Condições de oferta educacional. Pandemia Covid-19. Desigualdades educacionais. Tocantins

Referências

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. **Pandemia agravou desigualdades na área da educação, dizem especialistas - Notícias**. Disponível em: . Acesso em: 25 abr. 2022.

AGÊNCIA IBGE Notícias. PNAD Contínua 2018: educação avança no país, mas desigualdades raciais e por região persistem. **Agência de Notícias**. IBGE, 2019. Disponível em: . Acesso em: 25 fev. 2022.

AGÊNCIA IBGE Notícias. Quase totalidade das prefeituras brasileiras adotaram o isolamento social em 2020 | **Agência de Notícias**. IBGE, 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/32151-quase-totalidade-das-prefeituras-brasileiras-adotaram-o-isolamento-social-em-2020>>. Acesso em: 25 fev. 2022.

BRASIL. Conselho Pleno. Parecer CNE/CP nº 5/2020. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. **Diário Oficial da União**, Edição nº 83, de 04/05/2020, Seção 1, p. 63. Brasília: CNE, 2020.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação escolar e pandemia. **Pedagogia em Ação**, Belo Horizonte, v.13, n. 1, 1 sem. 2020.

FERREIRA, Rogério Castro; NUNES, Elaine Aires. **Relatório do Diagnóstico Situacional e Pedagógico**. Palmas-TO: RCT, outubro de 2021. Disponível em https://drive.google.com/drive/folders/1-fczT6YoL9bQGSHFIZ28rfV_UAKpf3ys

GARCIA, Adir V. **A pobreza Humana**: Concepções, causas e soluções. Florianópolis: Editoria em Debate, 2012. Disponível em: <https://issuu.com/editoriaemdebate/docs/pobreza_humana>. Acesso em: 28 fev. 2022.

MARTINS, Mônica D. **A pandemia expõe de forma escancarada a desigualdade social**. a Pandemia. **Clacso**. Pensar la Pandemia: Observatorio Social Del Coronavírus, n. 64, 2020. [s.l: s.n.]. Disponível em: .

MÉSZÁROS, Istvan. **Para Além do Capital**: rumo a uma teoria da transição; tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. – 1.ed. revista. – São Paulo: Boitempo, 2011.

PALMAS. Secretaria Municipal de Educação. Instrução Normativa nº 001, de 22 de fevereiro de 2021. **Diário oficial do Município de Palmas** nº 2.683, terça-feira, 23 de fevereiro de 2021.

RCT – Rede ColaborAção Tocantins. **Diagnóstico Situacional e Pedagógico**. Palmas: RCT, 2021.

TOCANTINS. Governo do Estado. DECRETO Nº 6.070, DE 18 DE MARÇO DE 2020. Declara Situação de Emergência no Tocantins em razão da pandemia da COVID-19 (novo Coronavírus), e adota outras providências. **Diário Oficial nº 5.566**. Ano XXXII - Estado do Tocantins, quarta-feira, 18 de março de 2020a. Disponível em

<https://central.to.gov.br/download/209846>

TOCANTINS. Governo do Estado. DECRETO Nº 6.071, DE 18 DE MARÇO DE 2020. Determina ação preventiva para o enfrentamento da pandemia da COVID-19 (novo Coronavírus). **Diário Oficial nº 5.566**. Ano XXXII - Estado do Tocantins, quarta-feira, 18 de março de 2020b. Disponível em <https://central.to.gov.br/download/209846>